

1.Revisão da Literatura

De acordo com Brito *et al.* (2005), o desporto deve ser encarado como um fenómeno social total, constituindo-se como um instrumento de desenvolvimento nacional, local e de cidadania. Torna-se por isso fundamental que as políticas públicas dos países desenvolvidos reconheçam o desporto como prioridade política e forneçam os meios adequados para a sua difusão e desenvolvimento entre as comunidades.

De facto, um número relevante de cidadãos dos países desenvolvidos ou em vias disso, interessa-se pelo desporto a uma dimensão que ultrapassa as barreiras das suas regiões ou dos seus próprios países, quer dizer, a uma escala global. Essa ligação ao desporto faz-se enquanto praticantes, enquanto espectadores ou até, enquanto cidadãos que entendem ser necessário haver uma ideia quanto à utilização do desporto como agente de promoção social, enquadrada numa política de desenvolvimento humano por parte da sociedade em geral e dos poderes instituídos. Mesmo que as percentagens de praticantes desportivos ou actividade física não sejam elevadas, não há estrato populacional que fique insensível aos assuntos relacionados com os jogos e as competições desportivas, sobretudo quando elas ganham relevo internacional.

A partir de finais dos anos sessenta foram desenvolvidos programas de promoção do desporto por toda a Europa Ocidental que obrigaram a uma significativa capacidade de gestão dos grandes movimentos de massas então iniciados¹.

Relembre-se que a carta, no seu Art.º n.º III, era bem clara quando refere que *“o desporto, sendo um dos aspectos do desenvolvimento sociocultural, deve ser tratado, aos níveis local, regional, e nacional, em conexão com outros domínios em que intervêm as decisões de política geral e de planificação: educação, saúde, assuntos sociais, administração do território, protecção da natureza, artes e lazeres”*. A partir daqui, podemos afirmar que este movimento ganhou importância à escala mundial difundindo-se com as mais diversas designações nos vários países do mundo. A saber: Canadá (Participation); Dinamarca (Trim); Espanha (Deportes para Todos); Estados Unidos da América (Physical Fitness); Finlândia (Kuntourheil); Holanda (Trim); Noruega (Trim); Portugal (Desporto para Todos); Reino Unido (Sport for All); República Federal da Alemanha (Trimm); Suécia (Trim).

Pociello C. (1981), na sua abordagem sociocultural das práticas desportivas, sustenta uma visão do futuro alicerçada na individualização e personalização das actividades, onde aparecerão os desportos colectivos relegados para segundo plano e assimilados pelos meios

¹ In “Actes de la Conference des Ministres Europeens Responsables du Sport, 1975 e “Carta Europeia do Desporto para Todos”, Raport sur les Activités du Conseil de L’Europe, 1977).

de comunicação. As tendências para as práticas de ar livre e com sentido ecológico, as actividades de aventura e o desenvolvimento de aventuras urbanas, estão a despoletar novos comportamentos que obrigarão os responsáveis políticos a olharem para as actividades desportivas não numa lógica de paradigma industrial mas sim numa lógica pós-industrial.

A constatação de que a actividade física pode assumir-se como um factor essencial na promoção do bem-estar e da qualidade de vida dos cidadãos irá por certo provocar um interesse crescente dos organismos oficiais nacionais e locais pelo desporto.

Por outro lado, o aumento dos tempos de lazer, como resultante da redução dos horários de trabalho e a tendência para a terciarização, para além de configurarem uma nova organização do tempo, originarão uma cultura do tempo livre que importará educar, cultivar e organizar, de modo a responder às necessidades das populações. A partir do momento em que a parcela do tempo livre começou a ser superior à do tempo de trabalho, o tempo disponível fez surgir uma "*cultura do tempo livre*", onde se projectaram novas necessidades, novos valores sociais, novas aspirações (Constantino. J, 1994).

Essa cultura assenta fundamentalmente na valorização da pessoa humana, nas relações com os outros e nas relações com a natureza.

A diversidade de práticas, nos planos do rendimento, do exercício corporal, da manutenção da condição física, permite constatar que nunca houve uma ideia tão forte de praticar actividade física e tão generalizada como a que hoje existe entre gente de todas as idades e de todas as camadas e classes sociais.

Pode-se contudo questionar se não tem havido uma sobrevalorização da actividade física, saúde e lazer em detrimento de uma necessária política de fomento desportivo. Com efeito este dilema está a dar os seus primeiros passos, mas convém não descurar as implicações de gestão que daí decorrem. A quem compete organizar as diversas actividades?

Voltaremos a esta questão.

1.1. Conceito de Desporto

Chegamos a ter escritas algumas páginas sobre a multiplicidade de conceitos com que o desporto tem aparecido na literatura nacional e internacional, mas reparamos que havia um recente consenso em torno da definição que o Conselho da Europa assumiu.

Valerá a pena referir autores e momentos em que estas definições foram mais discutidas, mas salientar, com Gustavo Pires (1994) que encontrar uma definição de desporto é uma questão "*sem fim*".

Essa dificuldade deve-se à dinâmica do próprio desporto que está em permanente mutação, levando-nos a considerá-lo como um conceito quase sempre ultrapassado. São as inovações científicas e tecnológicas que nos impõem uma sensação de desactualização constante.

Pires, G.(2007) refere uma lista diacrónica interessante desde Coubertin, P. (1934) "*O desporto é um culto voluntário e habitual do exercício muscular intenso suscitado pelo*

desejo de progresso e não hesitando em ir até ao risco"; o Dicionário Larousse onde desporto é " *prática metodológica de exercícios físicos com a finalidade de aumentar a força, a destreza e a beleza do corpo*".

Hébert, (1935) e mais tarde Gillet, B. (1949), muito resumidamente dizem-nos que o desporto " está submetido a regras precisas e preparada por um treino físico metódico". Mais tarde Magname, G. (1964), introduz o lazer cuja dominante é " *o esforço físico, praticado de uma forma competitiva comportando regras e instituições específicas e susceptível de se transformar em actividades profissionais*".

Na perspectiva mais psicológica foram considerados o jogo, a agonística (competição) e o movimento, (Antonelli, F.,1965). Bouet, M. (1968), reforça a importância do " *emprego sistemático e preciso da medida dos tempos e das distâncias e da contagem de pontos*".

Já nos anos oitenta Parlebas, P. (1981) definiu o desporto como um " *conjunto de situações motoras codificadas sob a forma de competição e institucionalizadas*"; este autor, segundo Cunha, L. (1997), " *introduziu a dimensão institucional no conceito de desporto, pela verificação de que a criação de regras gerais, para um conjunto de gestos e condutas motoras em torno de situações competitivas e a sua institucionalização, dão ao desporto um código universal que permite ser utilizado e as suas regras cumpridas por qualquer pessoa. Este processo de institucionalização, próprio do desporto, manifesta-se na codificação e regulamentação dos comportamentos motores dos intervenientes, dos espaços que eles frequentam enquanto estão a praticar desporto, e das competições que efectuam*";

Pires, G. (1988), numa perspectiva organizacional, realizou a síntese de inúmeros autores, recolhendo deles, abordagens sobre o jogo, a competição, a política e o desporto, o lazer, o tempo livre, a institucionalização das práticas desportivas, a respectiva dimensão de projecto que alimentaram o significado do conceito de desporto que hoje sugere.

O debate sobre a outra dimensão do desporto e sua eventual confusão com a actividade física/saúde aparece com Carneiro, R. (1991) quando refere " *a procura de novas sensações, outros tempos e outros espaços de prática, diferentes maneiras de ver, de entender e de estar no desporto são aspectos que ao mudarem a uma velocidade vertiginosa vão obrigar aqueles que têm competência de definir políticas e tomar decisões a estar atentos*" e Carvalho, Melo (1994) quando entende o desporto como o " *...reflexo e actor da transformação social*".

Muitas definições existem deste conceito, contudo a que mais abrangente e simples se torna é a do Conselho da Europa (1993), que pode gerar diferentes perspectivas de desporto, da sua importância e do seu papel no desenvolvimento da sociedade e das economias locais. Pois sabe-se que o desporto de forma directa ou indirecta gera receitas importantes para a economia nacional de um país, empregos, ocupação de grupos de risco (no papel preventivo), promoção local e promoção internacional do país.

Consideramos que sabe-se ainda muito pouco sobre as relações do desporto com outras componentes da actividade humana e cabe às pessoas da área do desporto procurarem explorar essas relações de forma mais científica. Acrescentaríamos que, para além de ser um extraordinário e eficiente instrumento de formação das crianças, adolescentes e adultos de todos os géneros e raças, o desporto também promove, por isso, a coesão social. Por essa razão trata-se de um assunto do domínio da política pública.

A definição do Conselho da Europa considera:

“Desporto significa todo o tipo de actividades físicas que, pela participação esporádica ou organizada, tenha por objectivo expressar ou melhorar a forma física e o bem - estar mental, formar relações sociais ou obter resultados competitivos a todos os níveis.” (Conselho da Europa, Carta Europeia do Desporto, 1993) é suficientemente clara e abrangente.

Numa perspectiva mais socioeconómica e seguindo Pires, G. (1993), o desporto é um produto e um processo gerador de educação, de cultura, de lazer e de economia, no quadro da organização social dos países.

O desporto tornou-se também um elemento de inclusão e responsabilização social, que se insere nas políticas públicas com cariz vincadamente social. Gera valores importantes como o espírito de equipa, de solidariedade, de tolerância, contribuindo para o desenvolvimento e realização pessoal. Promove uma contribuição activa dos cidadãos da União Europeia para uma sociedade e ajuda a desenvolver uma cidadania mais activa.

O importante papel do desporto na sociedade europeia, e a sua natureza específica, foram reconhecidos em Dezembro de 2000 com a Declaração do Conselho Europeu, sobre as características específicas do desporto e a sua função social na Europa, sendo incluído na aplicação de políticas comuns na União Europeia (“Declaração de Nice”).

Salienta-se que as organizações desportivas e os Estados Membros da União Europeia, têm a responsabilidade primordial na condução das questões desportivas, com um papel central atribuído às diferentes federações de prática desportiva.

1.2.O Valor do Desporto

Segundo o Livro Branco do Desporto (2007), aproximadamente 60% dos cidadãos europeus participam em actividades desportivas, numa base regular, dentro ou fora do cerca de 700.000 clubes, integrados numa multiplicidade de associações e federações. A grande maioria das actividades desportivas tem lugar em estruturas geridas por voluntários. A importância crescente do desporto profissional contribui igualmente para o papel social do desporto. É lícito pensar que reforçar a saúde pública através da actividade física pode melhorar a qualidade de vida e contribuir para a redução dos orçamentos da saúde e

economia. Mas estamos longe de ter estas relações devidamente estudadas e fundamentadas. Por essa razão pode correr-se o risco de se avançar com uma concepção da actividade física apenas direccionada à promoção da saúde e combate aos malefícios do sedentarismo característico da sociedade terciarizada e informatizada, esquecendo a outra componente deveras importante do desporto/competição, da formação, de aprender a saber ganhar e perder, a ter sucesso, superar-se, esforçar-se e aumentar a sua produtividade enquanto cidadãos responsáveis.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda um mínimo de 30 minutos de actividade física moderada por dia, para adultos, e 60 minutos para crianças. Seria desejável de facto que as autoridades públicas e organizações privadas em todos os Estados Membros contribuíssem para alcançar este objectivo.

Mas reforçar o papel do desporto na educação formal e não formal é reforçar o capital humano da Europa. Os valores veiculados pelo desporto contribuem para desenvolver o conhecimento, a motivação, aptidões e prontidão para o esforço pessoal. Tempo despendido em actividades desportivas na escola e na universidade produz saúde, educação e benefícios que precisam ser melhorados. O desporto e a actividade física podem ser apoiados através do programa "*Aprendizagem ao Longo da Vida*".

1.3. Educação e Desenvolvimento da Comunidade

O desporto tem um potencial que, de forma directa e indirecta (incluindo o voluntariado nos eventos desportivos), contribui de forma significativa na melhoria da cognição e desempenho escolar e proporciona valiosas experiências de desenvolvimento.

A actual pesquisa sobre a natureza da relação entre a participação em actividade física/desporto e educação tem produzido resultados mistos, inconsistentes e, muitas vezes, não de resultados comparáveis (Etnier et al; Sallis et al; Shephard, Marsh e Kleitman)².

Alguns estudos transversais mostram uma correlação positiva entre a participação no desporto/ actividade física e sucesso académico (por ex. matemática e leitura). Estudos longitudinais também sugerem, na generalidade, que o desempenho académico é reforçado ou pelo menos mantido, devido ao aumento da prática da actividade física regular. Etnier et al.³ mostram que programas de formação em actividades físicas revelam pequenos benefícios na condição física, mas provocam um impacto positivo no desempenho da cognição.

² Coalter, F. (2009) -"The value of sport: Education and life long learning". In Sport England Review

³ Coalter, F. (2009) -"The value of sport: Education and life long learning". In Sport England Review

Sibley e Etnier⁴ na revisão de 44 estudos sobre a relação entre actividade física e cognição em crianças, foi encontrada uma significativa associação positiva entre actividade física global e cognição (especialmente no ensino elementar e médio), embora o tipo de actividades fossem moderadas e pouco significativas, indicam que provavelmente os mecanismos psicológicos podem ser a chave para explicar os ganhos. Mas genericamente, os benefícios físicos e emocionais de participação no desporto regular / educação física podem ser obtidos sem um impacto negativo sobre o desempenho académico. O desporto, em parceria com especialistas de programas de desenvolvimento desportivo, pode dar um contributo para a melhoria do desempenho escolar.

O trabalho de Allen et. al.⁵ mostra que se o desporto é para alcançar alguns dos desejados estilos de vida saudáveis, é necessário uma abordagem mais focalizada e analítica. Eles sugerem que, uma boa concepção de programas desportivos pode desenvolver um leque de competências transferíveis (por ex., a definição de meta; comunicação; manipulação sucesso e falência) e reforçar a auto-percepção da competência social. Concluem, destacando a necessidade de realizar estudos para esclarecer a natureza da relação entre o desporto, actividade física e desempenho escolar analisando os diferentes efeitos dos diferentes tipos e quantidades de actividade cerebral. Sugerem estudos que permitam compreender como a concepção de programas de desporto, podem maximizar os efeitos benéficos sobre a aprendizagem, desempenho cognitivo e desenvolvimento.

Os programas, políticas e práticas no âmbito do desporto, exercício e educação física servem e contribuem para o desenvolvimento sustentável a nível económico e social de uma comunidade, nomeadamente na melhoria da saúde e bem-estar, diminuição do isolamento e exclusão social (especialmente jovens vulneráveis), desenvolvendo identidades e acções colectivas promovendo redes sociais e associações de voluntários, que dinamizam toda a comunidade.

A capacitação e desenvolvimento comunitário, de forma individual e colectiva, têm sido os pilares em políticas de bem-estar social e económico de diversos governos a nível mundial.

Os conceitos de capacitação e desenvolvimento da comunidade são recursos valiosos para a melhoria das práticas e políticas desportivas, que implicam desenvolver programas alternativos aos dedicados à elite desportiva; exigem colaboração de outros profissionais, contribuindo para o desenvolvimento e reforço de redes sociais que envolvem os participantes e seus familiares, promovendo confiança social, normas de reciprocidade, cooperação e colaboração, vitais para um desenvolvimento sustentável (Putnam, 1993; Briar-Lawson et al. 2001). Contribuem para o desenvolvimento de identidades colectivas, fundamentais para

⁴ Coalter, F. (2009) -“The value of sport: Education and life long learning”. In Sport England Review

⁵ Coalter, F. (2009) -“The value of sport: Education and life long learning”. In Sport England Review

colmatar as diferenças e conflitos inter-grupos, facilitam a integração e solidariedade social através de acções colectivas. Contribuem para o desenvolvimento de um conceito de economia, o de capital humano que descreve as características essenciais para o desenvolvimento económico e social de forma integrada e sustentável. Inclui a saúde e bem-estar, tendo como objectivo principal o conhecimento, habilidades, atitudes, competências e características dos indivíduos e grupos, nomeadamente as suas capacidades para as actividades de trabalho produtivo e cidadania.

Neste contexto, educação e escolaridade são mecanismos vitais para o desenvolvimento do capital humano, através das políticas, programas, práticas e profissionais do sector. Será então importante analisar a concepção dos programas de educação física e perceber se promovem o desenvolvimento, sendo fundamental para qualquer compreensão de manutenção e de mudanças institucionais, visto o discurso estar centrado na saúde humana e bem-estar ao longo da vida. Esse discurso de saúde e bem-estar, requer enquadramento e acompanhamento de todas as práticas culturais e influências associadas com os recursos humanos. Inclui uma variedade infinita de exercícios e actividades físicas, relacionadas com boas práticas alimentares, prevenção de doenças e práticas de saúde ambiental. Bem-estar inclui ainda uma comunidade de suporte, pacífica e de relações colectivas harmoniosas com uma maior coesão económica, política e social com cultura de igualdade (Briar-Lawson, et al. 2001), sendo um compromisso com a sociedade de desenvolvimento integrado e sustentável. O desenvolvimento bem sucedido resulta de factores psicológicos, direitos económicos, sociais e políticos. Na prática desportiva, as pessoas criam redes sociais, identidade colectiva de comunidade, que lhes permite desfrutar da solidariedade social unindo-se em acções colectivas de promoção da paz e relações humanas harmoniosas.

Segundo Crum's (1998)," *Na realidade actual a ênfase sobre os conhecimentos e discursos sobre desporto e cultura, concentra-se quase exclusivamente na elite do desporto, considerando a maioria dos países estar associado ao processo de globalização. Claramente os atletas são separados dos não atletas, faltando compromissos para o ensino e aconselhamento das pessoas em práticas desportivas ("jogar sem o ganhar e perder"), cujos objectivos são praticar o suficiente para alcançar benefícios de saúde e bem-estar. Todo o mundo quer ser saudável e desfrutar de bem-estar, mas nem todos querem competir, lutar, sacrificar-se, desfrutar do doce sabor da vitória, e suportar a agonia da derrota*".

Quando os atletas são considerados os únicos que são fisicamente activos, e a maioria da população de uma nação manifesta, poucos hábitos de prática desportiva e sinais de sedentarismo, surgem problemas e aumento dos custos com a saúde, limitando um desenvolvimento sustentável. Em resposta, os profissionais da saúde começaram a trabalhar em soluções eficazes. De facto, em muitas partes do mundo, novas práticas desportivas estão

a ser lideradas por enfermeiros, educadores de saúde, médicos, psicólogos, urbanistas da comunidade, e trabalhadores sociais.

As pessoas estão a viver mais tempo, e novos tipos de exercícios e programas de saúde são vitais para o envelhecimento bem preparado e á disposição das comunidades. Em muitas partes do mundo, o desporto convencional, o exercício e a educação física têm pouco a oferecer a este crescente envelhecimento da população e adultos idosos. Além disso, tem crescido a sensibilização sobre a necessidade de fazer mais do que ensinar, treinar e aconselhar os indivíduos, e os grupos de profissionais do desporto devem estar preparados para participar num crescente movimento internacional que promove "*colaboração interprofissional*" (Lawson, 2003).

Tudo isto exige mudança no desenvolvimento institucional.

É pois importante promover uma análise das melhores práticas para melhorar a capacitação recorrendo a: identificação e promoção na comunidade de normas sociais positivas para o desporto, exercício e educação física integradas com normas de saúde e bem-estar; promoção e reforço das atitudes e comportamentos favoráveis ao bem-estar; definição de estratégias activas e recrutamento de pessoas em vez de esperar por elas; fortalecimento das redes sociais existentes.

Segundo Crum's (1998), os programas escolares devem ser orientados para o "*Desporto para Todos*", relacionados com programas de saúde e nutrição, proporcionando oportunidades para intervenções específicos no desporto para a promoção positiva das relações inter-grupos, sendo "*as escolas públicas um bom instrumento para o desenvolvimento do capital humano*".

A relação entre os programas de educação física e os interesses comunitários, permitem que mais pessoas criem e mantenham "*vida activa e saudável*".

A conceptualização multidimensional da actividade física é introduzida como um dos principais pontos de referência para repensar o alcance dos objectivos dos currículos, alegando que visam facilitar o interesse das pessoas, e a sua capacidade em manter uma vida activa e saudável. Argumenta-se que existe uma necessidade de alargamento das competências, conhecimento e compreensão, englobadas no currículo, para serem reconhecidos como responsabilidade colectiva das organizações e dos indivíduos, dentro e fora das estruturas existentes de educação formal.

Segundo Laventure Bob (2002) "*a educação física sempre esteve intimamente ligada á saúde dos jovens e é reconhecido, que as experiências adquiridas estão na base da participação em actividades físicas para promoção da saúde, ao longo da vida*". Nos seus estudos, numa perspectiva mais holística da actividade física, reforça a ideia de repensar o alcance e objectivos dos currículos de educação física, partindo da organização do ensino para facilitar

a aprendizagem, promovendo iniciativas em grande escala no sentido de, incentivar e permitir que mais pessoas continuem a prática desportiva durante a sua vida, estimulando o interesse em manter uma vida activa e saudável.

Smart (2000) afirma que, o conceito de capital social deve ser referido como vantagens adquiridas através de conectividade social. Contextualizando, a conectividade comunitária pode traduzir-se em diferentes actos como a reciprocidade, a construção de relacionamentos, o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e participações sociais. O capital social é, assim, definido pela função das acções exercidas por indivíduos dentro de uma determinada estrutura social (Coleman, 1990). O capital social torna-se operacional através de redes sociais e de obrigações que são construídas, através do investimento em estratégias orientadas para a institucionalização de relações grupais (Portes, 1998).

O grau de ligação e envolvimento em organizações voluntárias é reflectido na disponibilidade do capital social dos elementos da comunidade. O capital social pode proporcionar argumentos para as decisões políticas. A noção de mobilidade da estrutura social, suas características, normas e redes de organização social implicam uma melhoria de eficácia numa sociedade, através de uma acção coordenada.

As organizações voluntárias da comunidade desempenham um papel preponderante na integração social e mobilização para as actividades culturais e desportivas. *"Um desporto estruturado influencia o capital social dos jovens e maximiza a sua aprendizagem"* (Field, 2003).

1.4.Parcerias e dinâmica interorganizacional

Segundo Ahuja, (2000), as parcerias organizacionais são geralmente criadas com expectativas positivas, sugerindo que *"as parcerias são inicialmente românticas e a sua constituição repousa sobre sonhos e esperanças, o que poderá ser possível se certas oportunidades são procuradas"*.

No sector do desporto e lazer, as parcerias permitem uma prestação mais eficaz dos serviços dentro das limitações de recursos (Frisby, Thibault, & Kikulis, 2004) e proporcionam uma boa oportunidade para *"uma oferta pública de serviço comum"* (Glover & Burton, 1998). Mais especificamente, uma parceria pode ser definida como uma relação entre as organizações que partilham objectivos compatíveis, benefícios mútuos, unindo esforços para atingir objectivos que agindo isoladamente, não poderiam ser atingidos facilmente.

A fim de maximizar os benefícios para as parcerias organizacionais de desporto e lazer, é útil entender mais sobre a dinâmica da parceria, suas inter-relações, de forma a identificar as suas forças e deficiências. Analisar as preocupações estruturais, formas de comunicação e níveis de participação dos diversos parceiros, melhora o potencial da parceria no atingir dos seus objectivos (Wilson e Boyle 2004). Se os membros da parceria são capazes de discutir as

diferenças, então o desenvolvimento ocorre porque a resolução de conflitos aumenta a percepção comum, melhora a clareza, diminui a ambiguidade e aumenta a consciência colectiva. As parcerias precisam atender às suas diferenças e semelhanças, à influência das diferentes organizações para desenvolver políticas comuns. Concluindo é importante a percepção das pessoas envolvidas nas parcerias para compreender essa estrutura e seus comportamentos organizacionais.

1.5. Voluntariado no Desporto

Os voluntários têm um papel fundamental no desenvolvimento desportivo nacional. O seu contributo para a cidadania enquanto treinadores, administradores, funcionários ou directores, deve ser reconhecido pela sociedade, pois as suas acções beneficiam não só os que recebem o serviço, mas também os próprios voluntários, pelo seu empenho na sociedade e realização pessoal.

Como exemplo, segundo Davis Smith (1998) é sobejamente reconhecido que os voluntários fornecem o apoio central para o desporto no Reino Unido. O seu contributo representa cerca de 23% do apoio necessário para a realização das actividades nos clubes, na comunidade local, nacional e grandes eventos desportivos nacionais, europeus e mundiais. É evidente que, sem essa contribuição voluntária maciça e organizada, o desporto no Reino Unido, não existia (Sports Council, 1996). A contribuição voluntária por parte dos jovens, assume importância significativa porque a sua liderança no desporto de formação, não só contribui para o desenvolvimento das suas próprias competências pessoais, mas por sua vez, também utilizam essas competências para oferecerem mais oportunidades a outros jovens para participar no desporto. Essas oportunidades de participação desportiva irão contribuir, para resolver questões de segurança e comportamentos anti-sociais. Os benefícios do voluntariado, numa perspectiva pedagógica contribuem para a educação dos jovens, seus direitos e responsabilidades para com a comunidade, sendo relevante para o desenvolvimento de comportamentos pró-sociais.

1.6. Participação desportiva e Comunidade

A falta de análise e avaliação global das iniciativas de desenvolvimento desportivo, são referidas por Smith e Waddington (2004), argumentando que *"a contribuição da investigação sobre a participação desportiva para os decisores políticos, tem sido dificultada pela falta de desenvolvimento teórico de acompanhamento e avaliação de tais programas"*. Num quadro conceptual do desporto, as estratégias tradicionais de iniciativas de participação desportiva ignoram a complexidade do problema do declínio da participação, esquecendo o princípio fundamental de participação e desenvolvimento da comunidade, Green (2005).

Vadio (1996) salienta que o desenvolvimento da comunidade é um processo de mudança que pode ser facilitado por outros, mas é auto-determinado pela comunidade. Argumenta que o desenvolvimento da comunidade incorpora, flexibilidade, negociação dos interesses sociais, redefinição das relações de poder, fundamental em todo o processo. Vail (1992) defendeu uma abordagem de desenvolvimento comunitário para melhorar a comunicação e a colaboração entre os parceiros da comunidade envolvidos na prestação do desporto a nível local. Lawson (2005), expressou a necessidade dos profissionais de desporto, desenvolverem capacidades de emancipação e desenvolvimento da comunidade, contribuindo para uma energia sustentável de desenvolvimento integrado e social.

O trabalho destes investigadores destaca, a complexidade do processo subjacente a uma abordagem de desenvolvimento comunitário onde, as estratégias e programas utilizados para desenvolvimento da participação desportiva, são desenvolvidos e entregues pelas autoridades nacionais aos organismos desportivos locais com pouco ou nenhum envolvimento da comunidade.

A cada mudança de ambientes da comunidade acresce a complexidade de desenvolver um modelo de execução, que possa ser utilizado de forma coerente, suficientemente flexível para integrar as prioridades e necessidades específicas da comunidade numa perspectiva de desenvolvimento.

A ideia do desenvolvimento da comunidade como um processo, está relacionada com a criação de capacidades e desenvolvimento de habilidades, conhecimento e liderança para que a comunidade (indivíduos, grupos e organizações) seja capaz de reconhecer e resolver problemas locais (Frank & Smith, 1999; Goodman et al., 1998; Kirk & Shutte, 2004, Simpson et al., 2003). A criação de capacidades, não só exige competências, pessoas e planos, mas também motivação, empenho, recursos económicos e financeiros, políticas de desenvolvimento, recursos físicos e instituições de suporte.

Os governos nacionais e organismos internacionais, têm manifestado preocupação quanto à relação entre a diminuição da participação desportiva e as questões sociais como o crescimento das taxas de criminalidade, uso de drogas e desenvolvimento da comunidade (Bloom, Grant, & Watt, 2005; Boshoff, 1997; Burnett, 2001; Burnett & Hollander, 1999; Crabbe, 2000; Cunningham & Beneforti, 2005; Lawson, 2005; Nichols, 2004). Além disso, a partir de uma perspectiva socioeconómica, foi demonstrado que os benefícios da participação desportiva reduz os custos económicos com a saúde Bloometal.; Cameron, Craig, & Beaulieu, 2000; Katzmarysk, Gledhill, & Shephard, 2000).

Até á década de 1960, as actividades desportivas eram essencialmente lideradas por clubes desportivos locais, com participação de voluntários nas suas organizações, em países como a Inglaterra (Gratton & Kokolakis, 1997).

O aumento da prática do desporto ao longo dos últimos 30 anos transformou a economia das actividades relacionadas com o desporto, num sector de alguma importância económica, representando mais de 2% do PIB em países como os Estados Unidos, Reino Unido, Espanha, França e Alemanha⁶.

Segundo Mariovet, S.(2003), as estatísticas sobre a participação desportiva têm vindo a revelar claras assimetrias entre os países europeus. As taxas de participação desportiva são bastante mais elevadas nos países do Norte do que no Sul. Nos países do Norte verifica-se um envolvimento mais elevado dos jovens no desporto, e a diminuição da prática desportiva ao longo da vida é menos acentuada relativamente aos países do Sul, o que é confirmado pelo mais recente Relatório Eurobarómetro sobre Desporto e Actividade Física (2010).

A prática desportiva tende assim a apresentar-se como um hábito cultural, donde poderemos concluir, que as assimetrias na participação desportiva só se poderão compreender se tivermos presente as diferenças na generalização dos novos valores de cultura físico-desportiva, e as acções que cada instituição tem vindo a promover junto de cada sociedade.

1.7.Políticas Desportivas

A partir dos anos 60 e com origem em diversos países do Norte da Europa foi desencadeado um movimento conducente ao envolvimento das pessoas em actividades físicas de cariz recreativo cuja dimensão competitiva foi subvalorizada ou, em alguns casos, até mesmo anulada.

Nesta perspectiva, em 1966 surgiu, pela primeira vez, o conceito de "*desporto para todos*" e, em 1975, a "*Carta Europeia do Desporto para Todos*" aonde, por estranho que possa parecer, a palavra competição acabou pura e simplesmente ignorada (Gustavo Pires 2008). O verdadeiro desporto evoluiu em regime de roda livre para as regras de funcionamento do mercado capitalista como qualquer outra actividade económica. Em Portugal esta situação desregrada só veio a ser corrigida com a publicação da "Carta do Desporto" em 1992, aonde se passou a considerar de uma forma clara, a dimensão competitiva do desporto e a sua organização a diversos níveis.

Estamos com Gustavo Pires quando aborda a actual Lei de Bases da Actividade Física e Desporto, Lei 5/2007 de 16 de Janeiro; segundo esse autor, ao estabelecer um corte epistemológico entre a actividade física e o desporto, a dita Lei veio permitir um esclarecimento entre os dois conceitos. O que está agora em causa é esclarecer o conceito de desporto porque, quando por meros motivos de marketing, se transforma uma qualquer actividade física numa prática desportiva, o desporto acaba por ser tudo e, sendo tudo, acaba

⁶ Lera – López, F.,& Rapún – Gárate, M.(2007);"The demand for sport: sport consumption and participation models". In Journal of Sport Management, 2007, 21, 103-122.

também por não ser nada. Nem toda a actividade física é desporto pelo que as modalidades desportivas existem para além da actividade física. O desporto, na sua essência, não se esgota na actividade física. Esta, por si só, realizada de uma forma mais ou menos organizada, com objectivos recreativos, de saúde, estéticos, de promoção social ou outros, tem, tanto do ponto de vista pessoal como social, a sua utilidade própria. Por isso, é importante determinar o que afinal é uma actividade desportivamente relevante para ser acarinhada pela política pública.

O conceito de "*Desporto para Todos*" deu origem a diversos processos de gestão, desde as grandes decisões estratégicas realizadas a nível dos Governos, até ao planeamento operacional dos diversos organismos públicos ou privados que acabaram por ter de as implementar. No âmbito do Conselho da Europa, foi iniciado um trabalho em 1968, por um grupo de planificação, encarregado de "definir o conteúdo da ideia de "*Desporto para Todos*" (Actes de la Conferences des Ministres Europeens Responsables du Sport, 1975). Este trabalho deu origem a que o Comité dos Ministros, em Setembro de 1976, tenha adoptado a resolução " (76) 41" relativa aos princípios de uma política de "*Desporto para Todos*", tal como foram definidos na Conferência dos Ministros responsável pelo desporto, realizada em Bruxelas no ano anterior. Estava, assim, lançada a "*Carta Europeia de Desporto para Todos*" (Rapport sur les Activités du Conseil de l'Europe, 1977) que, ao propor que se criassem as condições para que a generalidade da população tivesse acesso à prática desportiva, estava, simultaneamente, a provocar que se utilizassem processos de gestão do desporto mais sofisticados o que por sua vez desencadeou projectos de investigação que funcionaram como "processos de tomada de decisão".

Em Portugal, dirigentes, praticantes e académicos ligados ao desporto referem-se com alguma regularidade à ausência de políticas e estratégias de desenvolvimento do desporto consistentes, que impossibilitam a definição de um quadro de referência e dos correspondentes planos de acção mobilizadores das diferentes instituições e agentes desportivos (governo e administração pública desportiva, escolas, federações, clubes, autarquias, nomeadamente).

Em Portugal e até hoje, nenhum destes diagnósticos de partida estão feitos, não havendo por conseguinte bases de sustentação de uma visão e estratégia de desenvolvimento desportivo, essenciais para implementação de boas políticas desportivas.

O "*Modelo Europeu do Desporto*", como habitualmente vem sendo denominado por anteposição ao "*Modelo Norte-Americano*", implicou e implicará uma intervenção activa do Estado/Governo, muitas vezes até constitucionalmente enquadrada, no âmbito da definição de políticas públicas desportivas que fomentem, quer as práticas desportivas de base e cariz comunitário, quer as de elite ou alta competição, envolvendo nestas últimas, níveis de desempenho competitivo internacionalmente comparado e aferido.

Na Carta Europeia do Desporto (1993), no seu artigo 10º, são relacionados os dois conceitos, o Desporto e o Desenvolvimento Sustentável, contudo as estratégias e as políticas previstas, não contemplam de forma clara esta perspectiva, pois apesar de o desporto se começar a mostrar como uma actividade económica importante ainda é tratado de forma marginal, em especial por alguns países da União Europeia.

Por outro lado, no Programa do XVII Governo Constitucional (2005-2009) o capítulo respeitante ao Desporto projecta os seguintes âmbitos de intervenção:

- Uma visão de Serviço Público do Desporto para aumentar os índices de prática desportiva, formar na escola e desenvolver o movimento associativo;
- Generalizar a prática desportiva em segurança, revendo o sistema educativo, em especial da disciplina de Educação Física e Desporto Escolar, criar um Programa Nacional de Desporto para Todos, reforçando os serviços médico-desportivos e combatendo a dopagem, a violência e a corrupção no desporto;
- Modernizar e melhorar a qualidade do desporto português através de um Programa Nacional Integrado de Infra-estruturas Desportivas, da formação dos Agentes desportivos, da aplicação das novas Tecnologias de Informação e revendo o Estatuto do Mecenato Desportivo;
- Partilhar competências entre a Administração Pública e o Movimento Associativo, esforço comum que garanta a participação, o desenvolvimento, o equilíbrio, a transparência, a missão e os objectivos de cada organismo (Conselho Superior do Desporto, Comité Olímpico de Portugal, Confederações do Desporto, Federações, etc.).

Cada vez parece ser mais necessária a intervenção governamental para regular (Instituto do Desporto de Portugal) e financiar (Federações Desportivas de Modalidade) o sistema desportivo português, oferecendo um serviço desportivo de forma a promover a prática de actividade física e desportiva regulares.

Um dos objectivos estratégicos do Reino Unido é o de aumentar os índices de participação do desporto de base. Para isso prepararam um plano estratégico que operacionalizado ao longo de um horizonte temporal alargado (até 2020) permitisse alcançar resultados realistas.

O "*Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Desporto no Reino Unido*" foi apresentado em 2004 - "*The Framework for Sport in England - Making England an Active and Successful Sporting Nation: a Vision for 2020*", resultado de um estudo nacional prévio que envolveu toda a tipologia de agentes do sistema desportivo inglês, numa dinâmica de cooperação e informação. Esses parceiros/agentes/actores, directamente ligados ao desporto, e os serviços de saúde, de educação, da comunidade e do desenvolvimento económico criaram um modelo que vê o desporto como um processo e não apenas como um produto ou um fim. A principal

estratégia deste modelo foi o “envolvimento” que permitiu “*criar valor no desporto*”, não só o valor da inclusão social, mas também o valor resultante do aproveitamento dos recursos (humanos, económicos, estruturais/ físicos, etc.) e do carácter multidimensional do desporto. De alguma forma partilhamos esse desiderato para Portugal e sentimos que estamos muito longe de o atingir.

Nos principais documentos do Reino Unido expõem-se os processos, quantificam-se investimentos e os retornos financeiros de cada acção, quantifica-se o trabalho de voluntariado, analisa-se o valor económico, ambiental e social do desporto e ainda a sua importância global e internacional. E dessa forma surgiu o conceito de “*Valor Social do Desporto*”, que é cada vez mais claro e importante para as políticas comunitárias. O desporto deixou de ser um produto para passar a ser um processo que mais facilmente envolve e motiva os cidadãos para uma determinada problemática comunitária e social.

O Reino Unido apresenta uma outra mais-valia, o trabalho voluntário no desporto, que é estimado que represente o triplo do número de trabalhadores pagos nessas actividades relacionadas com o desporto. Esses voluntários são a espinha dorsal do respectivo movimento desportivo (tal como em Portugal, onde “*carolas*” em declínio resistem e suportam os clubes e as associações). Contudo, em Portugal não se sabe o valor total anual do mercado de voluntariado desportivo, que se estimava no Reino Unido ser equivalente a cerca de £1500 milhões (valores de 1995).

A Sport England, que promove todas estas políticas, programas e projectos, também trabalha com o Ministério do Ambiente, dos Transportes e das Regiões, no planeamento e consecução do “*quadro de desenvolvimento desportivo local*” que incorpora preocupações de conservação e sustentabilidade ambientais, dando assim a necessária tradução no desporto das actuais “*políticas de desenvolvimento sustentável*”.

Os programas “*Escola Activa*”, “*Comunidade Activa*” e “*Desporto Activo*”, são exemplos de “*boas práticas*” que Portugal deveria analisar e considerar adoptar, investindo significativamente no desporto de forma concertada e séria, criando “*valor económico, social, cultural e ambiental*”.

As autarquias são as estruturas do poder que mais de perto ligam com as populações e como tal é aos autarcas que cabe a responsabilidade de dar uma resposta adequada aos problemas e necessidades dessas populações.

Aumentar o número de praticantes e elevar o nível de acessibilidade dos cidadãos às práticas desportivas e aos seus benefícios é, segundo Paz, C. (1973), o objectivo fundamental das políticas desportivas.

O carácter dinâmico do fenómeno desportivo, permite-nos num processo de desenvolvimento aumentar o número de praticantes. Tanto através do desporto/rendimento como noutra pode-se gerar o aumento do número de praticantes e conseqüentemente da elevação do nível desportivo. De resto, na definição de uma política desportiva não podem apenas estar subjacentes, o número de praticantes mas também o tipo, a qualidade da prática, os benefícios trazidos ao praticante, ao cidadão e à sua qualidade de vida.

A política desportiva assentará num levantamento e análise da situação desportiva que poderá ter um âmbito local, regional ou mesmo nacional. *"A situação desportiva, se por um lado é a resultante do nível desportivo, por outro é a base sobre a qual se deverá apoiar a política para melhorar o nível desportivo, isto é, para transformar a realidade"*, Paz, C. (1973).

A aplicação das políticas de desenvolvimento desportivo faz-se através de um conjunto de instrumentos denominados *"factores de desenvolvimento do desporto"*. *"Factores de desenvolvimento são um conjunto de acções que, combinadas em programas, tendem a alterar qualitativa e quantitativamente os diversos elementos de uma situação desportiva e a melhorar assim, directa ou indirectamente, o nível desportivo existente"* Paz, C. (1973).

Por outro lado Pires, G. (1990), define assim os factores de desenvolvimento do desporto como sendo o conjunto dos agentes, meios e instrumentos que possibilitam o processo de desenvolvimento desportivo (...). Acrescenta que os diferentes factores devem combinar-se entre si (...) de modo a complementar-se e, deste modo, *"produzirem"* (...) um efeito sinérgico.

Para Cunha, L. (1997) são um *"conjunto de acções que operacionalizam intenções de desenvolvimento desportivo e que se constituem como os instrumentos fundamentais das políticas desportivas que por eles devem ser definidas, desenvolvidas e avaliadas, de modo a possibilitar a intervenção no mundo do desporto"*.

De acordo com Paz, C. (1973), *"Cada factor exige um programa de acção e de desenvolvimento que se relacione com os elementos puramente desportivos, mas que tenha em conta circunstâncias específicas do quadro condicionante, que fixe o tempo de execução e que avalie o custo das diversas operações"*.

A concretização de um processo de mudança e de desenvolvimento, passa por uma articulação entre todos os factores de desenvolvimento, em função das políticas a prosseguir. Essas políticas desportivas poderão e deverão ser avaliadas através dos índices de participação, de penetração, de fidelidade e de intensidade, de modo a saber-se qual o grau de participação dos cidadãos na prática desportiva (participação), o grau de implantação das actividades desportivas (penetração), o nível de manutenção dos cidadãos na prática desportiva (fidelidade) e a frequência de prática desportiva que estes *"gastam"* no desporto (intensidade) (Cunha, L. 1997).

"Hoje, mais do que se gerirem estruturas, gerem-se processos de mudanças social e organizacional", Pires, G. (1995).

1.8. Políticas de Desenvolvimento

Embora a expansão do desporto tenha seguido diferentes caminhos em muitos países, a ligação governo/ desporto apresenta uma variada gama de questões políticas, incluindo saúde, inclusão social, desenvolvimento comunitário, educação e obtenção de êxitos na elite do desportivo (Houlihan, 1997). A análise dessa ligação pode contribuir para uma melhor compreensão do desenvolvimento da actividade desportiva em cada país.

Como exemplos, a Austrália (desporto de elite) e Finlândia (Desporto para Todos) têm mantido percursos bastante específicos no desenvolvimento desportivo, com poucos desvios, apesar de alguns programas criados na Austrália para aumentar os níveis de participação desportiva em grupos específicos, tais como crianças e mulheres.

A natureza da intervenção governamental australiana no desporto, também tem sido ampla e abrangente com uma crescente actividade reguladora do Estado, aumentando os níveis de financiamento e apoio às actividades internacionais, não esquecendo que as políticas nacionais de desenvolvimento têm consequências locais (Houlihan, 2005).

A difícil aplicação do conceito, em relação ao desenvolvimento do desporto de elite, levaria a sugerir um compromisso prévio com o modelo social democrático de bem-estar e / ou um compromisso com a participação maciça no desporto, tornando difícil a aprovação de uma política de desenvolvimento do desporto de elite, uma vez que exige uma ruptura com os valores estabelecido do universalismo e não mercantilização.

Assim a política australiana de desenvolvimento da participação maciça é vista como um subproduto do desenvolvimento, surgindo na administração central uma planificação mais sistemática e científica de desenvolvimento do desporto de elite.

A retórica política de apoio aos programas de participação maciça não tem sido compensada, com financiamentos comparáveis (elite 70%, participação 30%). Sport 2000 Task Force, concluiu que houve um "*declínio no número de participantes em actividades desportivas organizadas durante os últimos 25 anos*" pois os programas do Governo da Commonwealth centraram-se no desporto de elite.

Os recentes documentos políticos sublinham a importância do desporto e revelam preocupações, com os níveis crescentes de obesidade e diminuição dos níveis de actividade física entre os jovens, com consequentes problemas de saúde e desenvolvimento físico, tais como a crescente obesidade infantil e diminuição no desenvolvimento das habilidades motoras.

Na Finlândia, em contraste com a Austrália onde o investimento público no domínio do desporto tem-se centrado no desenvolvimento do êxito da elite desportiva (Houlihan & Green, 2008), a política desportiva finlandesa promove programas que visam aumentar os

níveis de participação no desporto e actividade física, sendo o seu sucesso reconhecido como exemplar.

Desde os finais dos anos 1960, o desporto finlandês mantém uma política consistente, onde o acesso ao desporto para as massas tem sido prioritário em relação ao desenvolvimento do desporto de elite. Durante duas décadas, com uma série de reformas sociais, criaram um grande desenvolvimento no sector público a nível social e da saúde, com elevados níveis de bem-estar, (Huber & Stephens, 1998; Nygård, 2006). Foi durante a década de 1960 e 1970 que muitos aspectos da vida social se tornaram parte da esfera política, que resultou na aprovação do desporto como um instrumento de inserção social, especialmente em relação a atingir metas em relação à saúde (Woodward, 1986). Com a modernização da sociedade finlandesa, as novas ligações entre o estado e as organizações voluntárias incluindo o desporto, começaram a desenvolver (Heikkala, Honkanen, Laine, Pullinen, & Ruuskanen-Himma, 2003) um ambiente favorável ao Desporto para Todos (SFA), com "*o desporto e a actividade física vistos, como parte da construção de uma sociedade onde o desporto e bem-estar físico fazem parte da nossa cultura e política social*". O desporto considerado como parte da política social, é a primeira vez que acontece na história do desporto. Durante toda a década de 90, o desporto finlandês continuou a reflectir a ênfase do governo na prestação desportiva de oportunidades para todos, juntamente com uma crescente ênfase colocada nos benefícios positivos da actividade desportiva para a saúde física e bem-estar social (Vuori, Paronen, & Oja, 1998).

1.9. Política de Desenvolvimento Local

O desporto, geralmente aceite como valor social e fenómeno que influencia o desenvolvimento humano apesar de ser essencialmente individual, ocorre definitivamente num contexto social, sendo fundamental analisar as estruturas e organismos oficiais locais, seu comportamento organizacional, recursos financeiros e humanos. Assim será importante compreender e saber se os órgãos da administração local estão preparados, com respeito à sua organização, recursos financeiros e humanos, para levar a cabo essa responsabilidade, em situações específicas de concepção e implementação de políticas desportivas locais adequadas, segundo avaliações permanentes do seu impacto sobre a qualidade de vida da comunidade.

Referenciamos diversos estudos de desenvolvimento através do desporto, que referem análises comparativas de políticas desportivas internacionais incluindo elite versus participação desportiva (Chalip, Johnson, & Stachura, 1996; Sam & Jackson, 2006), influência de ideologias políticas sobre políticas desportivas (Booth, 1995; Green, 2007) e como contribuem para o sucesso internacional sustentado em atletas de elite (De Bosscher, De Knop, van Bottenberg, & Shibli, 2006). Desenvolvimento através *do* desporto centra-se sobre

o papel que o desporto pode desempenhar para contribuir para o bem-estar físico e social da comunidade.

Em contrapartida, o desenvolvimento *do* desporto destaca a necessidade de as organizações desportivas, a fim de garantir um futuro sustentável, sensibilizarem e motivarem os participantes na sua progressão através do sistema, para futura representação num desporto a nível da elite. Obviamente, nem todos os participantes são susceptível de serem atletas de elite, mas a sua participação no desporto ao ser promovida, gera um interesse através do consumo de desporto, participação em eventos desportivos, televisão e outras formas de comunicação e aquisição de outros produtos relacionados.

Coalter (2007) observou um potencial conflito entre o desenvolvimento *do* desporto *em* comunidades e desenvolvimento das comunidades através *do* desporto, e que "*talvez os dois sejam processos separados*".

Assim a "*metáfora da pirâmide*" (Bloomfield, 1973; Houlihan, 2000) tem sido a lógica dominante desenvolvida durante anos; com ela se ilustra a ligação entre uma ampla base de participantes e a elite, tendo como objectivo simples o desenvolvimento e aumento dos praticantes desportivos de base que aumenta a probabilidade de um maior número de atletas de elite. Nesta lógica da pirâmide, verifica-se o aumento de dificuldades em compreender a natureza cada vez mais sofisticada do sistema desportivo (Gren, 2005; Sotiriadou, Shilbury & Quick, 2008).

1.10. Trabalho em Rede

Os estudos de Sullivan & Skelcher (2002), demonstram a utilidade do conceito de rede na análise de parcerias políticas, e uma maior compreensão dos efeitos das parcerias no desenvolvimento de políticas desportivas.

O conceito de políticas em rede associado em especial às formas de colaboração / governação sugerem (Skelcher, 2000) que os "*organismos em parceria estão a ser criados para gerir a complexidade das políticas em rede*".

De maneira semelhante, Wilson (2003) afirma "*a governação local envolve multi-agências de trabalho, parcerias e redes de políticas*".

As primeiras indicações da avaliação dos programas sugerem que os pequenos projectos tendem a ter resultados mais qualitativos do que quantitativos (Loughborough, 2006), sendo que no futuro, os decisores políticos nacionais necessitam de ter mais em conta o modo como o contexto local de trabalho de parcerias, afecta os resultados das políticas desenvolvidas a nível central.

No entanto, as prova apresentadas sobre a forma como o ambiente político nacional e local tem influenciado as parcerias de trabalho, sugerem que o contexto estrutural pode ter um papel mais directo sobre o processo político e os resultados que o modelo indica.

Sugere-se uma abordagem de casos para análise dos processos de parcerias.

1.11. Situação Desportiva e Factores de Desenvolvimento

As políticas públicas desportivas necessárias para concretizar um efectivo desenvolvimento do desporto e da prática desportiva no todo nacional, exigem uma intervenção de "*condução estratégica do Estado/Governo*" que se traduza em processos de planeamento de médio prazo, articuladas num conjunto de objectivos essenciais a alcançar, os quais devem ser concretizados em objectivos e metas para as quais existam efectivamente recursos e programas de aplicação territorial (Pires G. e Correia P.J., 2007).

Impõe-se uma "*nova perspectiva de governação do desporto nacional, onde o papel do Estado/Governo é fundamental, mas que exige deste uma nova filosofia de intervenção e regulação capaz de articular os grandes princípios estratégicos de desenvolvimento do desporto, em parceria com a generalidade dos agentes mais ou menos formais que intervêm no mundo do desporto, articulando o desporto nas suas diferentes implicações sociais, envolvendo múltiplos departamentos governamentais que têm de trabalhar conjugadamente (educação, saúde, juventude e desporto, por exemplo)*" - originando uma indispensável "*interdepartamentalidade do desporto*" (Pires G. e Correia P.J. 2007).

Por outro lado, as políticas públicas desportivas de que o país desportivo carece implicam um grande trabalho de levantamento, análise e concepção baseado em estudos detalhados da situação desportiva em todo o território nacional, onde se evidenciem clara e inequivocamente as principais fragilidades do sistema e se fundamentem as correspondentes e consequentes opções de política concreta de desenvolvimento do nível desportivo do país. Para que o desenvolvimento do desporto se concretize com um destino e um planeamento que dê origem a equilíbrios territoriais e, numa perspectiva de equidade, à inclusão dos mais diversos estratos populacionais, as políticas públicas têm de decorrer de conhecimento sistemático das realidades, única forma de sobre as mesmas actuar de forma racionalizada e projectada.

Essas mesmas políticas traduzem compromissos de efectivo desenvolvimento do desporto, sendo que este só o é, se der origem a acréscimos de prática desportiva nas modalidades e práticas estrategicamente definidas, na base e na elite desportiva, nos estratos populacionais mais desafectos da prática (perspectiva de inclusão) e em todas as regiões do território nacional. Assim sugere-se um reajustamento do "*Modelo Europeu do Desporto*" que se adapte às novas realidades económicas sociais e políticas que envolvem o mundo do desporto, aonde a intervenção inteligente do Estado/Governo é, simultaneamente, factor de equidade e gerador de externalidades positivas, ao facilitar e promover a prática desportiva pela população, independentemente dos níveis competitivos desses praticantes.

A definição de uma política local de desenvolvimento desportivo, baseada no levantamento das necessidades das populações e dos objectivos pretendidos e integrando os contributos dos agentes desportivos locais, deverá conduzir à existência de um documento enquadrador de toda a intervenção do município em matéria desportiva - Plano de Desenvolvimento Desportivo Municipal (PDDM) - que traduza as grandes opções do município em matéria desportiva.

Consultados os trabalhos de investigação de Pires, G.(1989) constata-se um crescimento do número de documentos orientadores, mas apesar do envolvimento crescente das autarquias, a ausência de rigor da gestão da política desportiva, deverá merecer alguma atenção para que se não verifiquem situações que possam pôr em causa uma eficaz evolução do desporto e sobretudo, uma evolução que atenda às novas necessidades e interesses de prática desportiva a novos grupos de pessoas com motivos, desejos e possibilidades de acção muito distinta, e não se enverede por políticas desportivas que assentem no proteccionismo, na monumentalidade e na sustentação do desporto profissional.

Aos municípios exige-se-lhes um profundo esforço de compreensão sobre a importância e o papel social que a cultura desportiva assume na vida actual, assumindo o devido protagonismo no desenvolvimento local, em torno de um modelo centrado entre outros aspectos na:

- Garantia do direito do cidadão ao desporto; no reconhecimento de que como parte integrante do aparelho do Estado, lhe cabe criar condições mínimas para a sua prática;
- Defesa da formação e educação dos novos praticantes desportivos;
- Construção de adequadas infra-estruturas desportivas e no seu apetrechamento;
- Defesa da formação de quadros técnicos; no estudo das condições económicas e sociais da população, os seus hábitos e aspirações desportivas;
- Promoção directa de actividades desportivas.

As autarquias representam as estruturas do poder que mais directamente contactam com as populações e que mantêm um maior grau de intimidade, face ao sentir e ao viver das respectivas gentes. Deste modo, poderemos afirmar que se é verdade que o desenvolvimento desportivo, não passa em exclusivo pela intervenção das autarquias, não é menos verdade, como atrás ficou demonstrado que sem a sua acção não há desenvolvimento desportivo possível, cabendo-lhe a responsabilidade de dar uma resposta adequada aos problemas e necessidades dessas populações.

Se por um lado, as elites desportivas são responsáveis pelo aumento de adesão à prática desportiva porque os seus praticantes também querem partilhar as vivências e as emoções do atleta de alto nível, por outro lado a política direccionada ao desporto para todos, quando concebida numa perspectiva de desenvolvimento e de continuidade, não deixa de ser mobilizadora de grande número de praticantes e melhores resultados. De resto, na definição de uma política desportiva não pode apenas estar subjacente o número de praticantes mas

também o tipo, a qualidade da prática, os benefícios trazidos ao praticante, ao cidadão e à sua qualidade de vida.

A política desportiva assentará num levantamento e análise da situação desportiva que poderá ter um âmbito local, regional ou mesmo nacional. *"Factores de desenvolvimento são um conjunto de acções que, combinadas em programas, tendem a alterar qualitativa e quantitativamente os diversos elementos de uma situação desportiva e a melhorar assim, directa ou indirectamente, o nível desportivo existente"* Paz, C.(1973).

Por outro lado Pires, G.(1990), define os factores de desenvolvimento do desporto *"como sendo o conjunto dos agentes, meios e instrumentos que possibilitam o processo de desenvolvimento desportivo (...). Acrescenta que os diferentes factores devem combinar-se entre si (...) de modo a complementar-se e, deste modo, "produzirem" (...) um efeito sinérgico"*.

Para Cunha, L. (1997) são um *"conjunto de acções que operacionalizam intenções de desenvolvimento desportivo e que se constituem como os instrumentos fundamentais das políticas desportivas que por eles devem ser definidas, desenvolvidas e avaliadas, de modo a possibilitar a intervenção do mundo do desporto"*.

No sistema desportivo português, segundo Pires, G.(1995), tem sido normal considerar como factores de desenvolvimento do desporto, constituindo assim os instrumentos de transformação e de progresso, os seguintes: 1 -Orgânica; 2 - Actividades; 3 - Marketing; 4 - Formação; 5 - Documentação; 6 -Informação; 7 - Instalações; 8 - Apetrechamento; 9 - Quadros humanos; 10 -Financiamentos; 11 - Legislação; 12 - Gestão.

1.12.Nesta Dissertação

Para um melhor entendimento, passamos agora a definir cada um dos factores de desenvolvimento, segundo Pires, G.(1995).

1- Orgânica - é o conjunto de órgãos ou instituições nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais que enquadram e animam o processo de desenvolvimento desportivo.

2 - Actividades - Este factor de desenvolvimento espelha a vitalidade de uma comunidade. Manifestam-se através da realização de competições ou da promoção organizada de práticas desportivas. Os seus efeitos reflectem-se no desporto pelo aumento do número de praticantes que se mobilizam para elas e solicitam a intervenção de todos os outros factores de desenvolvimento. As actividades assumem a forma de diversas modalidades desportivas podendo cada uma delas ter uma dinâmica organizacional formal, não formal e informal.

3 - Marketing - É o conjunto de técnicas que visam promover o desporto e que geralmente se traduzem no aumento dos praticantes ou na criação de uma imagem positiva do desporto.

4 - Formação - É um conjunto de acções de transmissão/aquisição de conhecimentos que visam elevar a qualidade de intervenção dos agentes desportivos. A formação é a base das políticas de hoje e chave das políticas em termos futuros.

5 - Documentação - Engloba toda a literatura de cariz desportivo que proporciona uma intervenção de qualidade superior dos agentes desportivos.

6 - Informação - É o conjunto de dados sobre o fenómeno desportivo, bem como os meios de comunicação que veiculam essa mesma informação. Através dela, os agentes desportivos conhecem os efeitos das suas acções.

7 - Instalações - São infra-estruturas desportivas onde se realizam as práticas desportivas.

8 - Apetrechamento - É o conjunto de aparelhos e instrumentos que permitem a prática desportiva.

9 - Quadros humanos - É o conjunto de agentes, desde os praticantes, técnicos, até aos dirigentes e espectadores que intervêm, animam e dão sentido ao processo de desenvolvimento do desporto.

10 - Financiamento - É o processo pelo qual os diversos sectores do sistema desportivo obtêm recursos monetários necessários ao desenvolvimento das práticas desportivas em que estão envolvidos.

11 - Legislação - É o conjunto de leis que enquadram, regulamentam e configuram o sistema desportivo.

12 - Gestão - É o conjunto de procedimentos necessários à direcção dos processos de desenvolvimento do desporto e respectivas instituições.

No âmbito deste trabalho focaremos a nossa atenção em 3 destes aspectos: a orgânica, a informação e o financiamento.

Na nossa perspectiva, a deficiente promoção desportiva no contexto do lazer, deve-se também à forma como o nosso sistema desportivo está organizado e estruturado. Daí, hoje dizer-se e constatar-se que o movimento associativo está em crise. A organização desportiva de base - o clube, não tem sabido adaptar-se aos novos tempos.

O clube dissociou-se do tecido social, dando apenas resposta aos elementos que estão integrados num quadro competitivo federado, esquecendo a restante população que pretende também praticar desporto mas que não encontra receptividade para as suas necessidades.

O clube desportivo tem perdido credibilidade como instituição cultural e moral. Deixou sempre de contemplar alguns grupos de pessoas, foi sempre mais atraente para os jovens do que para os adultos e abriu mais as portas aos homens do que às mulheres.

"Através de actividades e modos de participação acessíveis, diversificados e ajustados a todas as categorias de interesses, podem possibilitar-se momentos de prática desportiva, recreativa e de convivialidade que constituem formas últimas do exercício da liberdade e

prática da igualdade, dificilmente congregáveis noutros âmbitos das relações humanas ", Lynce, V. (1998).

Os clubes não poderão sobreviver se não forem capazes de se adaptar às dinâmicas de comunicação do futuro. É imperativo que o movimento associativo tome consciência das mudanças em curso no desporto e na vida.

O desporto está em transformação, os cidadãos têm novas necessidades, pretendem outras sensações, há novas tendências de práticas desportivas actualmente na Europa e como tal importa organizar o presente a partir de uma ideia de futuro. É o que Covey, S. (1994) denomina de "*proactividade*" e outros de dinâmica organizacional de futuro. Quer dizer que se parte do princípio que não será o futuro a ser organizado a partir duma tendência extrapolada do passado para o presente e deste para o futuro, mas o presente a ser organizado a partir duma ideia que se tem em relação ao futuro que se deseja construir. As autarquias terão de estruturar a sua diversidade da oferta de modo a proporcionarem mais e melhor desporto a todos os seus cidadãos.

Para o desenvolvimento das políticas de desenvolvimento desportivo torna-se fundamental e determinante a acção dos agentes desportivos. Segundo a Lei de Bases do Sistema Desportivo "*os agentes desportivos são (...) todas as pessoas que intervêm no fenómeno desportivo*". Constituem a chave das transformações que as políticas desportivas prospectem.

São os "*recursos humanos*" que pela qualidade da sua prestação têm a função de conceber, planear, dirigir, de promover eventos desportivos, de produzir oferta de actividades e serviços desportivos à comunidade, enfim de desencadear mecanismos e estratégias capazes de elevarem o nível de qualidade de vida. Este só poderá atingir patamares superiores de desenvolvimento se os agentes desportivos tiverem qualidade, desempenhando aqui a formação um papel muito importante e responsável pelo desencadear de políticas sustentadas de futuro. São eles que actuando quer nas escolas, nos clubes ou nas autarquias podem ser os protagonistas da mudança, da transformação, do desenvolvimento.

De entre os vários agentes de desenvolvimento, os licenciados em Educação Física e Desporto, pela sua formação e vocação, constituem os principais promotores do desenvolvimento.

Esta harmonia, resulta naturalmente de um desenvolvimento global, interdisciplinar, de uma concertação estratégica entre todos os sectores da vida social. Este desenvolvimento interdisciplinar, exige o concurso de vários saberes, onde o técnico de Educação Física e Desporto terá de ter lugar ao lado do técnico Ambientalista, do Arquitecto, do Sociólogo, do Geógrafo, etc.

Para se ter a noção da necessidade desportiva, as autarquias deveriam ser possuidoras de uma carta desportiva ou carta das instalações desportivas, instrumento fundamental para um planeamento da política desportiva municipal.

1.13. Desenvolvimento do Desporto

Nas políticas públicas desportivas intervêm naturalmente, os agentes e órgãos públicos políticos responsáveis pela sua definição e condução efectiva, realização concreta de programas, de actividades, uns e outros concertados e envolvidos por estratégias claras e conhecidas, que pretendem impulsionar um sistema ou um conjunto de instituições e agentes organizacionais.

Esta noção de política pública, implica uma capacidade de reflectir "*a anteriori*", através de mecanismos e órgãos adequados e competentes, sobre o estado de desenvolvimento do respectivo sistema e organizações, fazendo um diagnóstico claro do ponto de partida, e consequentemente delineando a respectiva estratégia de desenvolvimento pretendida e os processos de implementação temporal de objectivos e metas que compõem a referida estratégia. Estas visam realizar novos programas e projectos de promoção da prática desportiva, seja ela de base ou de alto rendimento, que esclareçam devidamente sobre o teor e as vantagens e benefícios de bem-estar dessa intervenção.

Quando se fala em desenvolvimento desportivo tem de se considerar, que é mais do que mero e simples crescimento. O desenvolvimento desportivo implicará, para além de um crescimento territorial harmonioso do desporto, a equidade e coesão no acesso ao desporto para quaisquer cidadãos, bem como um conjunto de condições básicas de bem-estar e rendimento que permitam, a esses cidadãos a prática regular do desporto e a capacidade individual de escolha e decisão de o praticar.

Por isso os seus principais agentes e decisores, actuando no interior do denominado sistema desportivo, devem actuar em concordância com esses objectivos, pensando e actuando com a intenção essencial de melhorar os níveis de acesso continuado dos cidadãos nacionais à prática do desporto.

A denominação de políticas públicas é cada vez mais utilizada quando nos referimos à intervenção dos poderes públicos em áreas de intervenção social. Incluindo o desporto nesta nova concepção torna-se fundamental compreender o papel determinante que o Estado/Governo detém na estruturação dos sistemas desportivos na Europa, conforme é determinado pelo chamado "*Modelo Europeu do Desporto*". Modelo esse que indica claramente que, a política pública desportiva é acerca do estabelecimento de objectivos e da sua concretização, sendo os respectivos meios apenas os instrumentos que estando ao serviço de determinados objectivos, permitirão passar de uma fase inicial de concepção para a indispensável concretização. Essas realizações de "*desenvolvimento desportivo de base*", serão executadas por estruturas organizativas específicas, que incluem as escolas dos diferentes níveis de ensino, os clubes desportivos, as autarquias locais, actuando preferencialmente segundo lógicas de parceria estratégica e de rede, concretizando mecanismos de planeamento estratégico que enquadrem devidamente os objectivos das entidades parceiras e das redes, de acordo com os grandes objectivos estratégicos nacionais definidos pela governação política do desporto.

A maioria dos países do Norte da Europa, estão novamente a investir em políticas públicas em matéria de desporto, conducentes não só a apoiar a alta competição como a generalização da prática desportiva, com objectivos de promoção social, equilibrando deste modo, os excessos que o mercado introduziu nos sistemas desportivos nos últimos anos (Pires G. e Correia P.J., 2007). Referem ainda que, se olharmos para o que se passou nos últimos anos em matéria de promoção objectiva da prática desportiva numa lógica nacional, através de políticas concertadas entre as escolas, os clubes e as autarquias, pouco ou nada há a referir.

Quanto ao “desporto de base”, se formos procurar programas de promoção activa no território nacional, estudo sistematizado e recolha de elementos de caracterização da prática desportiva no todo nacional, definição de quadros estratégicos de desenvolvimento desportivo local, parcerias locais entre clubes e escolas, lançamento de quadro de competições desportivas escolares nacionais, programas de formação de treinadores, de captação e formação de voluntários, não é possível identificar seja o que for com o mínimo de consistência.

Sobre esta temática, entendemos ser relevante a perspectiva de Pires, G.(2007), *“o desporto deixou de ser um instrumento exclusivamente de ordem pedagógica a funcionar em circuito fechado em escolas e clubes, para passar a ser uma actividade de significativo valor económico, social e político, com impactos relevantes nas decisões que devem presidir às estratégias de desenvolvimento dos países”*